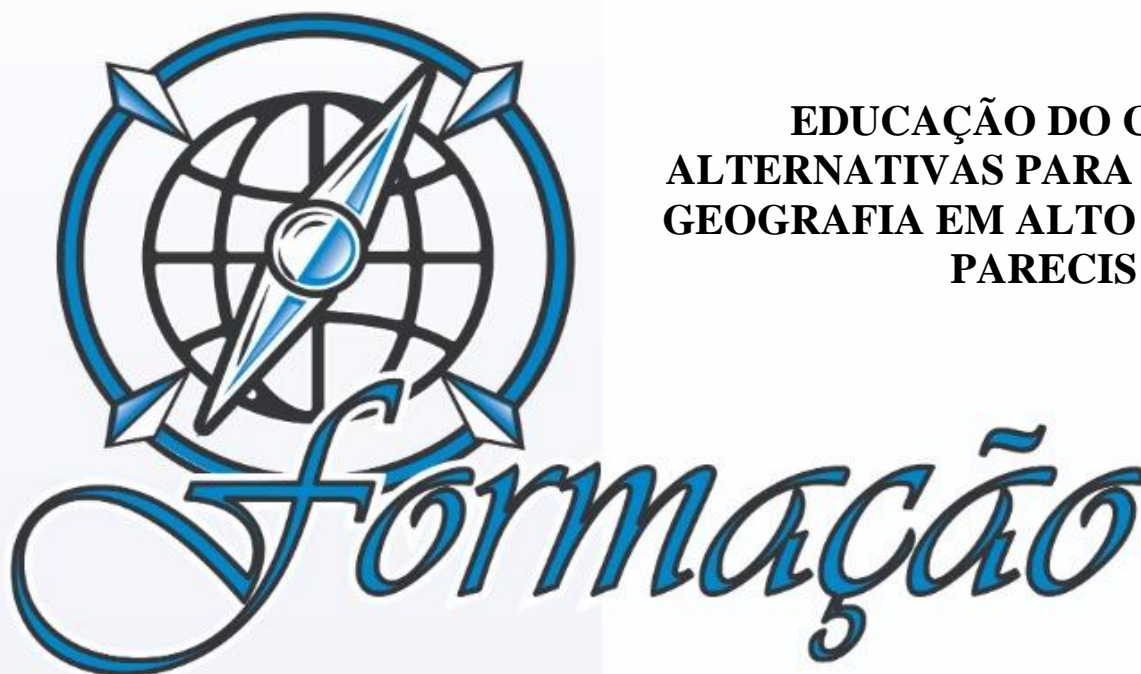


**EDUCAÇÃO DO CAMPO:
ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DE
GEOGRAFIA EM ALTO ALEGRE DOS
PARECIS**



Emílio Sarde Neto  

Professor Doutor do Departamento Acadêmico de Ciências Sociais e Ambientais
da Universidade Federal de Rondônia - Campus de Guajará-Mirim (UNIR).
Contato: emilio.sarde@unir.br

Como citar: SARDE NETO, E. Educação do campo:
alternativas para o ensino de geografia em Alto Alegre dos
Parecis. *Revista Formação (Online)*, v. 31, e024012,
2024.

Recebido: 13/06/2022

Aceito: 04/08/2024

Data de publicação: 09/10/2024

Resumo

Neste artigo pretende-se construir a reflexão sobre a educação do campo e o ensino de Geografia. A motivação está em perceber a diferença da prática da educação no campo com a convencional da rede urbana de ensino. Ainda, compreender a atuação das Escolas Famílias Agrícolas e Casas Famílias Rurais, analisar questões sobre a formação de educadores e educadoras do campo. Busca-se com a pesquisa bibliográfica os aportes necessários para compreender as dinâmicas da educação do campo em relevantes autores, mostrar aspectos de algumas abordagens para a educação do campo que podem ser utilizadas como alternativas no ensino da ciência geográfica, como a Pedagogia da Alternância que permite aos estudantes a alternância de vivências entre a escola e a atividade camponesa; também a Pedagogia do Oprimido que propõe conhecimento com base nas lutas dos povos; a Pedagogia do Movimento Sem Terra, baseada nas experiências do MST; e a Pedagogia da Terra com a proposta do respeito e da sustentabilidade pelo meio ambiente. O caminho na pesquisa compreende a leitura de livros e outros materiais na biblioteca do acampamento Che Guevara do MST, além da observação participante no trabalho dos educadores como membro da equipe da Universidade Federal de Rondônia. Conclui-se que são inúmeras as dificuldades nas escolas do campo, essas possuem uma abrangência específica e diferenciada, pois atendem as comunidades camponesas e tradicionais, se distinguem das escolas urbanas convencionais porque possuem diferentes realidades e temporalidades.

Palavras-chave: Educação do Campo. Alternativas de Ensino. Ensino de Geografia.

FIELD EDUCACION: ALTERNATIVES FOR THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Abstract

This article aims to reflect on the teaching of Geography in rural schools. The motivation stems from the recognition of the differences between rural education practices and those of conventional urban education systems. Additionally, it seeks to understand the impact of social movements on the operations of rural schools, as well as to analyse the training of educators within these contexts. Through a bibliographic review, the article explores contributions from prominent authors to enhance understanding of the dynamics of rural education. It highlights concepts such as the Alternation of Pedagogy, which allows students to apply their learning in practice through a balance of school and agricultural activities; the Pedagogy of the Oppressed, which advocates for Knowledge construction based on the struggles of marginalized populations; the Pedagogy associated with the Landless Workers' Movement (MST), grounded in practical experiences; and Land Pedagogy, which promotes sustainability and environmental respect. The research methodology encompasses literature review and participant observation conducted within the Che Guevara Library of the MST camp, along with involvement in educational work as a member of the Federal University of Rondônia team. The conclusion drawn from the research indicates that rural schools possess specific characteristics tailored to traditional peasants communities, distinguishing them from conventional urban schools, as they address unique realities and temporalities.

Keywords: Field education. Teaching Alternatives. Geography teaching.

EDUCACIÓN DEL CAMPO: ALTERNATIVAS PARA LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA EN ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Resumen

En este artículo se propone construir una reflexión sobre la enseñanza de la Geografía en las escuelas rurales. La motivación radica en percibir la diferencia entre la práctica de la educación en el campo y la educación convencional en el sistema escolar urbano. Además, se busca comprender el desempeño de las escuelas rurales en relación con los movimientos sociales, así como analizar cuestiones sobre la formación de educadores en estas instituciones. La investigación bibliográfica tiene como objetivo obtener los aportes necesarios para comprender la dinámica del tema en autores relevantes, además de mostrar algunos aspectos de enfoques de la educación rural que pueden usarse como alternativas en la enseñanza de las ciencias geográficas. Entre estos enfoques se encuentra la Pedagogía de la Alternancia, que permite a los estudiantes poner en práctica sus conocimientos alternando entre la actividad escolar y campesina; la Pedagogía del Oprimido, que propone la construcción del conocimiento basada en las luchas de los pueblos; la Pedagogía del Movimiento, vinculada a las experiencias del MST; y la Pedagogía de la Tierra, con su enfoque en la sostenibilidad y el respeto por el medio ambiente. El desarrollo de la investigación incluye la lectura de libros y otros materiales en la biblioteca del

campamento Che Guevara del MST, además de la observación participante en el trabajo de educación como miembro del equipo de la Universidad Federal de Rondônia. Se concluye que las escuelas rurales presentan características específicas y diferenciadas, ya que atienden a comunidades campesinas y tradicionales, lo que las distingue de las escuelas urbanas convencionales, debido a sus realidades y temporalidades diferentes.

Palabras clave: Educación del campo. Alternativas de Enseñanza. Enseñanza de Geografía.

INTRODUÇÃO

Tratar do tema ensino é sempre um grande desafio, principalmente quando está relacionado às escolas do campo, que possuem as características específicas e diferenciadas. Importante destacar sobre o tema específico que abordamos neste trabalho são raras as produções bibliográficas acessíveis e atualizadas ao debate acadêmico, pois abrange temáticas que estão em construção.

Mesmo assim, na biblioteca da comunidade camponesa do acampamento Che Guevara do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST; no município de Alto Alegre dos Parecis do estado de Rondônia, conseguimos acessar relevantes trabalhos sobre as escolas rurais e a educação do campo.

Ainda, na convivência com a comunidade, presenciamos as maneiras da prática da educação escolar, da alfabetização de jovens e adultos, da atuação dos alunos da pedagogia da alternância estudantes da Escola Famílias Agrícolas e outras dinâmicas comunitárias, que poderão ser contempladas e exploradas em trabalhos futuros.

O presente trabalho está organizado nas alternativas para o ensino de Geografia em escolas do campo; a construção da educação do campo e o ensino da Geografia; e procedimentos em campo. Na primeira parte, busca-se com a pesquisa bibliográfica a reflexão necessária para construir a temática, assim escolhemos autores como Machado, Campos e Paludo (2008) que conceituam a importância das Escolas Famílias Agrícolas, Casas Famílias Rurais e os Movimentos Sociais como instituições que aplicam a educação diferenciada.

Para abordar teorias e métodos de ensino em Geografia e pensar sobre as especificidades da Geografia escolar, buscamos em Balinks (2016) que organiza a periodização da Geografia escolar e que trata de encaminhamentos metodológicos para o ensino de Geografia. Ainda em Caldart (2002), que aborda a importância das disciplinas escolares vinculadas à pedagogia do movimento e a pedagogia da terra.

Na segunda parte, abordam-se alguns autores que teorizam sobre Geografia e formação de educadores no campo, que reporta a especificidade que abrange a prática educacional das escolas rurais. Neste sentido escolhemos para reflexão o trabalho de Arroyo

(2012) que aborda os movimentos do campo como sujeitos de política de formação e a Pedagogia do Oprimido; também Reis e Carvalho (2009) que tratam do papel do poder público na construção da política nacional de formação de profissionais de educação do campo, entre outros importantes cientistas que corroboram com o tema.

Em seguida define-se o procedimento metodológico do trabalho, caracterizando as especificidades da pesquisa bibliográfica e participante, momento em que são apontadas algumas características que determinam a importância para a seriedade do trabalho científico.

ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA EM ESCOLAS DO CAMPO

Na atualidade a mecanização o incremento de técnicas de produção, os agrotóxicos, os transgênicos e as plantas geneticamente modificadas, redundaram em inúmeras mudanças que interferiram nas dinâmicas do campo gerando contradições no espaço geográfico.

Para Santos (2001), no modelo técnico-científico-informacional que se instala no campo as dinâmicas de produção foram alteradas e o perfil dos sujeitos se modificou. O forte investimento na expansão das culturas de exportação e a consequente expulsão dos trabalhadores rurais, que em sua maioria migrou para os grandes centros urbanos, acarretou alguns locais o esvaziamento da vida, o enfraquecimento das relações entre os sujeitos, e consequentemente na cultura camponesa.

Mesmo com essas transformações, o campo é marcado por especificidades regionais e locais, o que aponta a necessidade de um olhar diferenciado para a sua população. No que se refere aos aspectos educacionais, essas especificidades apontam para a necessidade da construção de métodos de ensino que contemplem a educação voltada para a realidade da população camponesa.

O que prevalece como método na educação do campo é a pedagogia da alternância, em que o tempo comunidade é um tempo que contribui para a relação teoria e prática. Em Machado, Campos e Paludo (2008, p. 33) nessa pedagogia “os educando e educandas são inseridos nas comunidades, nos movimentos e organizações de luta, potencializando o trabalho de produção de alimentos, juntamente com a família e a comunidade”.

A pedagogia da alternância é uma proposta para as diversas Escolas Famílias Agrícolas, as Casas Famílias Rurais e as experiências desenvolvidas pelos Movimentos Sociais. A prática dessas experiências são as escolas comunitárias, formadas a partir de uma associação de famílias de agricultores camponeses.

A alternância tem contribuído para que se discutam as relações entre os educandos e educandas, como a vivência em grupo, em coletivo, que exige das pessoas estarem envolvidas nas reflexões sobre as relações de trabalho; na cultura; nas relações de gênero. A construção de um novo homem e de uma nova mulher pressupõe a vivência e a reflexão coletivas sobre as condições materiais e espirituais de existência de cada um e cada uma, sobre os movimentos sociais populares e os conflitos existentes na sociedade que resultam da existência das classes sociais com interesses antagônicos (MACHADO; CAMPOS; PALUDO, 2008, p.32).

Destacam-se as experiências dessas instituições em Rondônia, que estão localizadas em municípios como Cacoal, Novo Horizonte, Ji-Paraná, entre outros. O princípio da abordagem teórico-metodológica da pedagogia da alternância ensinada nas Escolas Famílias Agrícolas e as Casas Famílias Rurais, comporta a dialógica freiriana e coaduna com dialética científica. Consiste em alternar a formação de adolescentes e jovens em um período de estudos e aprofundamento nas escolas e outro de aplicação prática, indagação e questionamento no meio em que vivem.

Em Alto Alegre dos Parecis os conhecimentos e práticas da escola são transferidos para os lotes na produção comunitária e familiar, desde a semeadura aos tratos com os canteiros no preparo da terra e adubagem, na colheita dos produtos destinados ao consumo doméstico e comunitário, aos disponibilizados para o comércio nas feiras das cidades circunvizinhas.

Essa dialógica leva em consideração os educandos e seus saberes no ensino escolarizado que supera os mitos e preconceitos, que considera as realidades e existências dos dois agentes dos processos, educadores e educandos, que desvenda essa realidade. Essa leva o educando a compreender sua condição de explorado ou explorador na sociedade.

Essa educação é considerada específica e diferenciada porque pondera a existência dos sujeitos, seus modos de vida, temporalidades, ancestralidades e dimensões culturais. A possibilidade de realizar essa relação entre temas de estudo e áreas do conhecimento deve-se em grande parte, à instituição escolar e a disseminação do conhecimento que ela promove, enfim, a escola tem sido no decorrer do tempo, o local privilegiado de transmissão de conhecimentos desenvolvidos pela humanidade.

Especificamente sobre a Geografia, os conteúdos ensinados na educação básica são aprendidos pelos estudantes que se lembram de temas como orientação, localização, tipos de rochas e populações, relacionando-os a essa disciplina.

Parafraseando Balinsk (2016) embora os alunos e as pessoas de modo geral tenham relativa clareza de quais são os temas da Geografia, isso não impede que determinados assuntos causem certo constrangimento, pois muitos alunos não conseguem vislumbrar a relevância deles ou uma aplicabilidade prática em seu cotidiano presente, ou futuro. Isso

ocorre porque nem sempre os professores conseguem evidenciar a importância de determinados temas para os alunos.

Ainda, em situações mais graves, nem os próprios professores entendem a razão de determinados conteúdos integrarem o currículo escolar, uma problemática complicadora quando os conteúdos produzidos nos campos disciplinares internos dessa área do conhecimento, como climatologia, geografia urbana, geografia agrária, geomorfologia, entre outras, pois essas são temas de ciências como a astronomia, a geologia e a economia, e que ficaram sob a responsabilidade da Geografia no ensino básico (BALINSK, 2016).

No ensino básico e até mesmo no início da vida acadêmica, surgem questionamentos sobre as práticas e finalidades da Geografia escolar, ao indagarmos obtemos como respostas que o ensino da Geografia “serve para conhecer lugares”, “para orientação”, “localização nos mapas”, ou como afirmava Yves Lacoste “serve em primeiro lugar para se fazer a guerra”. Entendemos que a situação é recorrente do modo como à disciplina de Geografia é trabalhada nos primeiros níveis de ensino (BALINSK, 2016, p.25-26).

Para além dessa noção comum a finalidade da disciplina de Geografia no contexto escolar abrange a relação sociedade e natureza, porém, o tratamento especificamente geográfico dos variados temas que compõe o currículo escolar da Geografia se torna efetivo apenas quando deixamos de lado a tradicional abordagem dicotômica entre os elementos humanos e físicos, entre sociedade e natureza, ou seja, os aspectos da sociedade e da natureza devem ser trabalhados de modo conjunto.

Compreende-se que a escola ao longo da sua existência é o local onde os conhecimentos desenvolvidos pela sociedade são disseminados, no entanto, como a produção científica e cultural dos seres humanos é muito vasta, apenas o que é mais essencial integra os currículos escolares, isso parece ainda mais complicado quando nos referimos às escolas do campo.

Nem todas as ciências possuem uma disciplina correlata na educação básica, determinadas unidades curriculares acabam suprimindo a ausência de várias outras, tornando-se complexas. Decorrentes dessa complexidade, alguns professores sentem dificuldades em demonstrar ou mesmo compreender a relevância de alguns temas para a formação do aluno.

Aliadas às dificuldades estão os obstáculos em justificar geograficamente e dar o formato geográfico aos temas trabalhados, e nas escolas do campo estabelecer as relações com as realidades locais parece ser uma barreira intransponível, o que restringe a ação dos educadores ao livro didático que muitas das vezes não correspondem às realidades do campo.

Assim, adequar os temas geográficos às especificidades do meio rural demanda um esforço conjunto dos professores e das instituições de ensino. A Geografia escolar busca desenvolver o raciocínio espacial, um raciocínio que é importante para a efetivação das práticas sociais variadas, pois estas, sendo as do nosso cotidiano, sejam mais amplas, são também espaciais, pois ocorrem no espaço geográfico.

A Geografia escolar nas escolas do campo deve proporcionar o desenvolvimento de habilidades, adequando suas práticas ao cotidiano dos camponeses. Essas habilidades devem ser consideradas de modo a proporcionar a formação integral dos alunos, que ajude no desenvolvimento mais pleno do ser humano. Dessa maneira a adequação pode ser realizada na realidade das comunidades, no trabalho, na luta pela terra, nas tradições culturais e modos de vida.

Refletindo sobre a adequação ideal, é importante lembrar que durante muito tempo a Geografia escolar caracterizou-se pela “decoreba”, como afirma Balinsk (2016, p. 83) “uma disciplina que tinha a mnemônica um dos seus principais encaminhamentos metodológicos”. Metodologia atrelada à concepção tradicional da educação tendo como seu maior instrumento o livro didático.

Para além do livro didático, é importante o professor utilizar estratégias para contextualizar o conhecimento geográfico, com a inserção de outros recursos no ensino de geografia de modo que os encaminhamentos metodológicos adotados pelo professor em sala de aula permitam o contato dos alunos com outros tipos de linguagem em especial as relacionadas ao trabalho e as relações sociais.

É importante ressaltar que acima de tudo, não há como trabalhar o ensino na escola do campo sem considerar a educação voltada para transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem preparar o sujeito camponês para ser agente dessas transformações (CALDART, 2002).

Neste sentido Arroyo (2012) definindo o conceito da pedagogia do oprimido de Paulo Freire nos esclarece da importância de construir o conhecimento levando em consideração as experiências das lutas dos povos por melhores condições de vida.

É uma concepção e prática pedagógica construída e reconstruída nas experiências sociais e históricas de opressão e nas resistências dos oprimidos, dos movimentos sociais pela libertação de tantas formas persistentes de opressão [...] A Pedagogia do Oprimido nos ensina que, enquanto as experiências sociais, humanas, de trabalho, das vivências e resistências não forem reconhecidas e explicitadas como conformantes dos conceitos, das teorias e dos valores, não encontrarão significado histórico, não terão força pedagógica, nem política. (ARROYO, 2012b, p. 556).

Na perspectiva proposta por Caldart (2002) as abordagens metodológicas para o ensino de Geografia nas escolas do campo devem reafirmar que a educação é intencionalidade de resistência cultural e de transformações em vista de uma humanização mais plena. Que dialoga com a Pedagogia do Movimento ou da Pedagogia do Movimento Sem Terra, — distinguindo-se da Pedagogia do Movimento atrelada à prática da educação física e das escolas convencionais — compreendendo a dimensão fortemente educativa da participação das pessoas no movimento social ou no movimento das lutas sociais.

Essa pedagogia está relacionada ao trabalho de educação desenvolvido pelo MST, suas práticas educativas possuem 40 anos no âmbito do movimento social, uma pedagogia voltada para a práxis (práticas) com suas reflexões teóricas. A inspiração para a pedagogia do movimento, ainda no início da década de 1990, foi a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, pois no entendimento da sistematização freiriana, uma intencionalidade educativa formulada pela reflexão sobre as práticas e feita pelos próprios sujeitos dessas práticas.

Também, o ensino da Geografia em escolas do campo deve considerar como uma de suas especificidades a pedagogia da terra, compreendendo que há uma dimensão educativa na relação do ser humano com a terra: terra de cultivo de vida, terra de luta, terra ambiente, planeta (CALDART, 2002).

Para Gadotti (2000b) a Pedagogia da Terra compreende a ecopedagogia e a educação sustentável, voltada para o desenvolvimento sustentável, num desenvolvimento que pode ser um processo integral, que deve incluir as dimensões culturais, éticas políticas, sociais, ambientais, não somente econômicas.

O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o contexto e o processo de abrir novos caminhos; não apenas observando o caminho. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária (GADOTTI, 2000b, p.05).

A escola do campo é lugar de intencionalidade, de educar e reeducar o povo que vive no campo na sabedoria de se ver como “guardião da terra”, e não apenas como seu proprietário ou quem trabalha nela.

Para Caldart (2002, p. 33) “esses aportes metodológicos visam o desenvolvimento humano, pensando a especificidade da educação na infância, da juventude, da idade adulta, dos idosos”; é intencionalidade no fortalecimento do sujeito coletivo, no enraizamento social, na formação para novas relações de trabalho, na formação da consciência política.

Ainda, afirma Caldart (2002, p. 34):

Construir uma escola do campo significa estudar para viver no campo, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo. A escola do campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino (CALDART, 2002, p. 34).

A construção da escola do campo é trazer para dentro da escola matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo, nesse sentido o ensino da Geografia possui papel fundamental.

Para Moraes e Moraes (2018, p. 3-6):

A educação deve ser entendida e desenvolvida de maneiras diferentes para adequar-se as características do local em que será pensada e desenvolvida. [...] as escolas do campo se destacam por serem pensadas como parte de um projeto maior de educação da classe trabalhadora, a partir das possibilidades de atuação das instituições educativas, que estão além das funções tradicionalmente reservadas à escola, como a da socialização, construção e transmissão do conhecimento (MORAIS; MORAIS, 2018, p. 3-6).

Por fim, a educação do campo específica e diferenciada deve atender a realidade de cada comunidade, respeitando suas singularidades e saberes populares, o lugar onde está inserida considerando a geografia do lugar e o papel fundamental de todos os membros comunitários como trabalhadores e agentes ativos de construção social.

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PERSPECTIVA NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Como afirma Cosgrove (1998, p. 2020) “a geografia está em toda parte”, neste sentido é importante pensar a geografia como saber cultural e popular, sendo sua escolarização fundamental para organizar o aprendizado das atuais extensões e conhecimentos construídos na contemporaneidade.

Ao longo da história da educação brasileira ocorre um descaso na forma de tratar e pensar a educação destinada à população do campo. Ao voltar o olhar para as condições de ensino no meio rural, observamos que entre muitos outros problemas, a falta de formação dos profissionais que atuam neste espaço se configura como uma problemática urgente a ser equacionada (REIS; CARVALHO, 2009).

O ensino regular para as áreas rurais surgiu nas vilas no período do segundo império, da necessidade de organização da estrutura econômica, porém, estava acessível somente aos ricos proprietários de terras. As classes dominantes desconheciam a importância da educação

dos trabalhadores para a melhoria da produção, sendo sua aplicação tardia, precária e muitas vezes interrompida. Corrobora Miguel e Hoeller (2021, p.02)

A educação no Brasil Império se destinava a poucos privilegiados que estavam diretamente ligados às oligarquias escravocratas ou beneficiados pela coroa portuguesa. As escolas eram mantidas para uma pequena elite ou para os grupos de comerciantes que viviam nas vilas. O significado da educação era manter o status, adquirido na relação de contradição ou de não acesso pelas classes desprivilegiadas e/ou dominadas. O Império representa o todo e expressão do Estado (MIGUEL; HOELLER, 2021, p.02).

No século XX, os movimentos pela luta da terra, compreenderam também a necessidade da conquista da educação, que a Reforma Agrária também compreende além da expropriação do latifúndio para distribuição da justiça, o acesso ao conhecimento, à educação e a escola. Para Stédile (2011), a Reforma Agrária é a junção das conquistas de ter acesso à terra, à escola, ao conhecimento e à escolarização.

Na articulação das lutas pela terra as reivindicações pelo direito à educação de qualidade no campo. Em 1980 surgiram no Brasil as primeiras discussões sobre educação do campo no âmbito das lutas por uma política educacional que atendesse as necessidades dos assentados da reforma agrária.

Em 1998, no sentido de promover ações educativas nas regiões de Reforma Agrária, o Governo Federal deu início ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a Educação na Reforma Agrária é uma parte da Educação do Campo que dialoga sobre a estrutura escolar e o processo ensino aprendizagem (BRASIL, 2022).

Ainda são alarmantes os índices do analfabetismo no Brasil, com destaque para o meio rural brasileiro, o semianalfabetismo e o analfabetismo resultam de uma estrutura injusta que refletem a pobreza. Para Oliveira Carvalho e Araújo (2012, p. 72):

A mobilização dos Movimentos Sociais na luta pela garantia do direito à educação ao conhecimento somado à luta pela terra e pela dignidade levou à conquista, em 1998, do PRONERA. Esse programa tem se traduzido em uma possibilidade para os trabalhadores jovens e adultos do campo terem acesso à educação escolar (OLIVEIRA CARVALHO; ARAÚJO, 2012, p. 72).

No caso rondoniense de Alto Alegre dos Parecis no Acampamento Che Guevara, a comunidade é acompanhada por professores e grupos de pesquisas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Rolim de Moura, juntos aos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Pedagogia da Terra – LEDoC, desenvolvem trabalhos de formação continuada com os professores locais, também a educação de jovens e adultos com alfabetização dos acampados.

A parceria com a universidade é fundamental, momento de interação periódica, com suporte pedagógico aos professores do campo. Os alfabetizados na sua maioria são idosos e crianças, são moradores que trabalham na agricultura familiar, os adultos são membros da Associação Regional de Cooperação Agrícola – ARCA. Sobre a participação da universidade corrobora Abidias (2022, p. 62):

A participação da Universidade é determinante para agregar os conhecimentos científicos aos saberes populares e vice-versa, pois por meio desses conhecimentos, os camponeses construiriam instrumentos de resistência contra as práticas da utilização de venenos (ABIDIAS, 2022, p.62).

Alguns moradores, além de outras funções no acampamento, também atuam como professores e agentes de saúde na comunidade, outros também lecionam na zona-urbana com contratos pela prefeitura e contam com o auxílio da ARCA.

As estatísticas educacionais do Ministério da Educação – MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, apontam para a necessidade urgente de se efetivar um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo como estratégia para superar o déficit educacional dos espaços do campo e a garantia de uma educação pública de qualidade social para os povos do campo.

A educação no campo deve ser aquela que respeite as temporalidades do campo, que seja construída junto à comunidade e com a participação desta na construção do Projeto Político Pedagógico, ainda, no caso dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, que dialogue com os camponeses. Neste sentido, importante ressaltarmos a construção e adequação dos conteúdos programáticos da Geografia aos interesses da população que vive e trabalha no campo.

Nessa construção a ciência geográfica possui papel fundamental no contexto do povo do campo, são prementes as necessidades de se interpretar os fenômenos que ocorrem no meio rural, dessa maneira a formação de professores com conhecimentos geográficos é preponderante, pois são eles os que auxiliam os estudantes na compreensão e interpretação do espaço geográfico.

Em Reis e Carvalho (2009, p. 50) a Resolução do Conselho Nacional de Educação - NCE, concebem a educação do campo a partir de um significado político e legal que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas.

Assim, no intuito de estabelecer uma relação com as Diretrizes Curriculares Nacionais, foram criadas em 2001 as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas

Escolas do Campo. Essas foram implementadas pelo MEC, significaram um passo importante para o reconhecimento de uma política que valoriza as especificidades do campo, com concepções de campo que ultrapassa as históricas e equivocadas concepções do ruralismo pedagógico de concepção atrasada que orientou as políticas ao longo de quase todo o século XX.

As antigas concepções do ruralismo pedagógico abrangiam uma lógica em que a escola no meio rural estava sempre sujeita a interesses políticos e econômicos das elites urbanas e rurais, sem considerar as reais necessidades da população ou dos educadores.

As respostas para essas necessidades da educação do campo são construídas diariamente na prática educacional refletida nas lutas sociais pela terra. Neste sentido afirma Arroyo (2012a, p. 361):

A concepção e a política de formação de professores do campo vão se construindo na conformação da educação do campo. Os movimentos sociais inauguram e afirmam um capítulo na história da formação pedagógica e docente. Na diversidade de suas lutas por uma educação do/no campo, que fazem parte de um outro projeto de campo, priorizam programas, projetos e cursos específicos de Pedagogia da Terra, de formação de professores do campo, de professores indígenas e quilombolas (ARROYO, 2012a, p. 361).

Pensado pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, a Educação do Campo busca a memória do campesinato e da compreensão da diversidade do conceito cultural de camponês. Parafraseando Caldart (2015) não é possível se pensar em uma política educacional do campo desvinculada das questões do trabalho, da cultura, do embate de projetos do campo, de modelos agrícolas e suas implicações sociais para o país.

Dessa maneira, compreendemos a importância da Geografia e o protagonismo desse saber para auxiliar na compreensão dos lugares, principalmente no apoio aos movimentos sociais na luta pela terra e na construção da educação no campo, do universo rural, do respeito às dinâmicas do trabalho e da produção, e principalmente a coexistência de valores culturais e competências. Como afirma Reis e Carvalho (2009, p. 50):

É nesse campo de lutas e embates que vai se delineando no país uma política pública de educação do campo, protagonizada principalmente pelos movimentos sociais, mas que muito ainda tem a ser conquistado a exemplo a concretização de um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo (REIS; CARVALHO, 2009, p. 50).

Nas experiências e lutas aprendemos a leitura do mundo, assim afirma Callai (2005) que se torna fundamental para todos nós e a possibilidade de aprender a ler, aprendendo a ler o mundo e a escrever, aprendendo a escrever o mundo, é real.

Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos) (CALLAI, 2005, p. 228).

Nesse contexto que as categorias analíticas da Geografia — espaço, território, lugar, região e paisagem — podem contribuir com essa compreensão de mundo, principalmente se consideradas em todas as suas inter-relações e conexões, ou seja, a construção de um conhecimento, a partir da compreensão de como essa realidade é construída, percebida e vivenciada.

Em linhas gerais, esse é o papel da Geografia na escola, e aqui se encontra a relação fundamental entre a Geografia e a Educação do Campo. Na perspectiva das transformações sociais, o saber geográfico e as categorias que o regem, aliado às práticas e experiências de outros setores sociais, produz a inovação das relações pedagógicas tão necessárias e importantes para se tornar a força de mudança na escola do campo, ocasionando a maior autonomia em relação ao sistema.

A Geografia na formação dos educadores e educadoras do campo aponta para a necessidade de dinamizar essa formação, tendo em vista o papel de articulador amplo da vida desses sujeitos, é preciso considerar que essa preparação se amplia para além da escola, possibilitando a compreensão do processo social onde está inserida, compreendendo as peculiaridades desse espaço, suas especificidades e necessidades.

Para Reis e Carvalho (2009, p. 51) a formação profissional deve considerar em seus programas formativos a relação com o mundo do trabalho. Contudo, isso não significa dizer que devemos fazer dessa um instrumento que segue a tendência do mercado. A formação docente antes de tudo deve vincular-se “a uma função social maior que é a de contribuir com o desenvolvimento crítico e emancipador no plano do indivíduo e da coletividade”.

A formação de educadores e educadoras do campo é a preparação para atuação na educação de crianças, jovens e adultos nas áreas rurais. Esses espaços de atuação apresentam peculiaridades e dificuldades nos processos educativos do cotidiano, no caso específico da Geografia, demanda saberes como da dinâmica interna dos lugares, da gerência do território e da contribuição de significados para os espaços.

As experiências desenvolvidas com educadores e educadoras do campo fornecem elementos para pensar as dificuldades e desafios enfrentados na construção do percurso docente. Ainda, implicam na necessidade de ampliação de oportunidades de formação para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a melhoria da vida no campo.

A formação de educadores do campo como afirma Davis e Gatti (1993, p.148) “expressa uma realidade social e política que determina os limites de ensinar e aprender”, trabalhar com os povos do campo fornece elementos para pensar as experiências dos sujeitos na construção dos seus percursos. Pensar a Geografia em conjunto com a educação é incluir os sujeitos para além dos espaços escolares.

Neste sentido, pensamos na ação desenvolvida nos movimentos sociais, em que os educadores e educadoras do campo organizam suas ações tendo em vista a transformação da terra, da maneira de vida e do trabalho dessas populações, que para além do compromisso ético do educador, é essencialmente um compromisso político, de construção de uma sociedade democrática e mais justa.

PROCEDIMENTOS EM CAMPO

A pesquisa científica possui várias categorias, dentre elas a pesquisa bibliográfica. Essa modalidade de investigação quando unida à pesquisa participante resulta em trabalhos de fundamental importância para a ciência. A pesquisa bibliográfica possui como característica a separação e leitura de materiais relevantes para se extrair dados para o desenvolvimento e delimitação do trabalho que será realizado em campo.

Sobre a pesquisa participante, afirma Sarde Neto (2012, p. 18) que “a pesquisa participante permite se conhecer os aspectos do modo de vida de comunidades pesquisadas”. Assim, a participação em campo ocorreu em atuação com a equipe de pesquisadores e egressos da UNIR/LEDoC, nas sedes da ARCA também utilizadas como escolas do acampamento Che Guevara. Para Sarde Neto (2018, p. 55):

Em nossa perspectiva de trabalho entendemos que se torna imprescindível a aproximação do pesquisador das pessoas, incluindo-os como agentes ativos e participantes, colaborativos, onde um vínculo de trabalho é criado em conjunto, que atua de forma progressiva envolvendo o pesquisador e o grupo pesquisado (SARDE NETO, 2018, p.55).

No caso específico de um trabalho com pesquisa bibliográfica, a junção de dados bibliográficos comporá o arcabouço de informações necessárias para se chegar à conclusão dos objetivos pretendidos. Esse tipo de pesquisa é comum a todas as outras pesquisas, ela inicia os aportes teóricos necessários. Em Sousa, Oliveira e Alves (2021):

A pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema

problema da pesquisa a ser realizada. Ela nos auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p.65).

Para se construir um conhecimento com bases sólidas são necessários em suas estruturas aportes bibliográficos que corroborem com a pesquisa de campo e possibilitem a seriedade da investigação sobre o assunto pensado. Para Alyrio (2009, p. 80) “A atividade básica na pesquisa bibliográfica é a investigação em material teórico sobre o assunto de interesse.” Assim, o tema pesquisado ganha caráter científico, pois pode ser atestado por autores pesquisadores que desenvolveram trabalhos sobre a temática pretendida.

Além do acompanhamento da atuação dos professores, a pesquisa bibliográfica sobre as especificidades das maneiras de atuação dos educadores foi desenvolvida na Biblioteca do acampamento Che Guevara, na sede da ARCA, em sites do governo como do Ministério da Educação, a biblioteca virtual do MST e, outras leituras relacionadas ao tema em estudo.

A biblioteca de Alto Alegre dos Parecis do acampamento Che Guevara foi fundada graças ao incentivo e doação de livros dos educadores do município, estudantes e pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia, também contou com a ajuda e doação da Comissão Pastoral da Terra — CPT.

O acervo da biblioteca abrange centenas de títulos voltados especificamente para a educação do campo e outros temas correlatos destinados à prática alternativa de agricultura familiar, policultura agroflorestal, meio ambiente, políticas públicas para os povos tradicionais e do campo, entre outros materiais produzidos pelos próprios alunos e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os métodos do ensino da Geografia para as escolas do campo, na transposição didática é preciso levar em consideração os princípios gerais da educação para as escolas do campo, dialógica e dialética, específica e diferenciada, respeitando as temporalidades dos camponeses, essas perspectivas se harmonizam no todo com a pedagogia do movimento e a pedagogia da terra.

Para que a Geografia cumpra seus objetivos e suas finalidades, é fundamental que no trabalho docente cotidiano, seja realizada a transposição didática, ou seja, que se efetue a viabilização metodológica escolar do conhecimento científico, pois muitos dos conhecimentos

são repassados sem considerar a relevância de transformá-lo em um saber a ser ensinado e que possa ser compreendido pelos alunos.

Assim, na formação de educadores do campo é fundamental a disponibilidade de materiais e estrutura para a construção do conhecimento, do acesso à educação de qualidade que proporcione a sustentação das necessidades intelectuais e sociais dos sujeitos emergidos do campo, que considere suas realidades, temporalidades, memórias e saberes coletivos.

Os educadores do campo do acampamento do MST de Alto Alegre, balizam suas atuações na pedagogia da alternância, em que tanto alunos da Escola Famílias Agrícolas quanto os professores do acampamento praticam a alternância entre os conhecimentos escolares e as atividades camponesas no dia a dia da comunidade.

Ao analisarmos a situação da educação presente no meio rural detectamos as piores condições que se manifestam por meio da carente qualificação profissional, no aviltamento salarial em relação aos professores e professoras que atuam nas escolas urbanas, na sobrecarga de trabalhos que vai para além da docência, da alta rotatividade dos profissionais das dificuldades de acesso em virtude das condições das estradas vicinais, da inexistência de ajuda de custo para a locomoção e garantia de acesso à formação inicial e continuada.

Nas últimas décadas, sobre a educação dos povos que vivem e trabalham no campo tem apresentado alguns avanços em relação às melhorias das condições da educação oferecida a essas populações, pois existe a maior participação da universidade pública, investimentos da dos governos locais e da própria comunidade em estruturar as escolas e incentivar a formação continuada dos educadores.

Nas políticas públicas aparecem indicações que consideram suas especificidades, que proporcionam uma educação de qualidade adequada ao seu modo de viver, pensar e produzir. Permitindo a liberdade de aplicar seus métodos próprios de aprendizagens que se refletem nas práticas das pedagogias do Oprimido, do Movimento e da Terra.

É preciso levar em consideração os elementos da intersubjetividade no processo de formação, o que pressupõe que o sujeito se constrói enquanto sujeito singular na autêntica relação que estabelece com outros indivíduos, com si mesmo, com o ambiente.

REFERÊNCIAS

ABIDIAS, Marcílio Alves. **O acampamento Che Guevara de Alto Alegre dos Parecis - RO: Um olhar sobre o modo de vida camponês e a ciência da natureza.** Rolim de Moura: Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia, 2022.

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: Acesso em: 30 de maio de 2022.

ARROYO, Miguel G. **Formação de educadores do campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

BALINSK, Patrícia. **Encaminhamentos metodológicos para o ensino de Geografia**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Pronera: 23 anos levando educação para o campo brasileiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/pronera-23-anos-levando-educacao-para-o-campo-brasileiro> Acesso: 12 de março de 2022.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLING, Edgard Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Por uma articulação da educação do campo, 2002.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Campinas: Cedes, 2005. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 23 de fevereiro de 2022.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORREA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

DAVIS, Claudia e GATTI, Bernadete. **A dinâmica da Sala de Aula na Escola Rural**. In: **Educação e Escola no Campo**. Org. THERRIEN, J. e DAMACENO, Maria. São Paulo: Papirus, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000a.

_____. **Pedagogia da Terra: ideias centrais para um debate**. I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade do Porto – Portugal - 24 a 26 de março de 2000. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19969659-Pedagogia-da-terra-ideias-centrais-para-um-debate.html> Acesso: 21 de fevereiro de 2022.

MACHADO, Carmem Lucia Bezerra; CAMPOS, Senhorina Soares Campos; PALUDO, Conceição. **Teoria e prática da Educação do campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; HOELLER, Silvana Cassia. **As contradições da história da educação rural no Brasil**. União Europeia: Educatio la revue scientifique de l'éducation chrétienne, 2021.

MORAIS, Eduardo Henrique Modesto de; MORAIS, Juliana Lopes Lelis de. **O Ensino de Geografia no Contexto da Educação do Campo**: um relato sobre a escola família agrícola de Natalândia - Minas Gerais. Goiás: Revista Eletrônica da Graduação/Pós-Graduação em Educação UFG/REJ, 2018.

OLIVEIRA CARVALHO, Luzeni Ferraz de; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. A experiência da UNEB Campus X em EJA no âmbito do PRONERA (1999-2010). In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves. (Orgs). **Territórios Educativos na Educação do Campo**: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. São Paulo: Gutemberg, 2012.

PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Raquel Alves de Carvalho. **O papel do Poder Público na Construção da Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação do Campo**. In: LUNAS, Alessandra da Costa; REIS, Elene Novaes. O papel do poder público na construção da política nacional de formação de educadores do campo. Brasília: Dupligráfica, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARDE NETO, Emílio. **Cosmografia Karitiana**: território, educação e identidade étnica em Rondônia. Porto Velho: Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia, 2012.

_____. **Facticidade dos Karipuna de Rondônia**: territorialidade, hibridação e subjetividade. Curitiba: Repositório Institucional da Universidade Federal do Paraná, 2018.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: O Debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUSA, Angélica Silva de Sousa; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica**: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, 2021.